



João Rodrigues

As máscaras dos Estados nos capitalismos: os trabalhos de António Avelãs Nunes

A convite das Edições «Avante!», no dia 23 de Novembro de 2021, tive o privilégio de apresentar o livro *O Estado Capitalista e as suas Máscaras*, da autoria de António Avelãs Nunes, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), a sua instituição há mais de seis décadas e uma que me é literalmente familiar: o meu saudoso pai aí se licenciou, em 1976, e a minha irmã o fez também, exatamente trinta anos mais tarde. Um economista político, um historiador das ideias económicas, não pode esquecer o Direito, porque as formas institucionais que a economia historicamente assume também devem algo a um tipo muito relevante de norma, que, por sua vez, muito deve aos complexos entrelaçamentos entre forças produtivas e relações sociais de produção.

Num livro recente – que aliás tem marcado os debates anglo-saxónicos na interseção entre a Economia Política e o Direito – a Professora da Universidade Columbia, Katharina Pistor, sem deixar de fazer um enorme esforço para não parecer marxista, argumenta detalhadamente que «o capitalismo é um uma economia de mercado em que a certos ativos são dados esteroides legais», prática estatal reconhecidamente incrementada pela derrota dos freios e contrapesos socialistas e acentuada pela globalização neoliberal, sem esquecer que «a mobilidade de capital é função de uma estrutura legal em última instância suportada pelos Estados» (1).

Tendo sido desafiado a transformar em artigo para a *Vértice* as notas tiradas para essa ocasião, o que se segue, como o que já o precede, está algures entre a apresentação de um distinto autor, que aliás dispensaria tal momento, a recensão dum livro e o pretexto para trocar, agora com os leitores de uma revista com história, umas ideias sobre alguns dos mais cadentes assuntos levantados por um livro em desenvolvimento, ponto de chegada e ponto de partida.

(1) Katharina PISTOR, *The Code of Capital – How the Law Creates Wealth and Inequality*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 2019, p. 11 e p. 18.

Sem máscaras

António Avelãs Nunes diz sempre ao que vem, sem disfarces, mesmo quando, por cautelas em relação à censura, assinava A. A. na *Vértice*, no início dos anos setenta, nome pelo qual será tratado a partir de agora, singela homenagem aos que, como ele, escreveram contra a corrente do fascismo que realmente existiu entre nós. O então Assistente da FDUC já tinha sido impedido pela PIDE de ser magistrado (a sua aparente vocação), um bloqueio político da ditadura que não conseguiu impedir, atrevo-me a dizer, a sua real vocação: «A polícia política conseguiu adiar o meu contrato até 1967. E só cedeu perante a acção determinada do Director da minha Faculdade, talvez a única Escola portuguesa que, durante aqueles anos de chumbo, fez ponto de honra em não recusar ninguém por razões ideológicas» (?).

A vocação é retrospectivamente óbvia e os escritos iniciais já a denotavam: investigador e professor, empenhado nos grandes debates do seu tempo, com lastro na história da Economia Política, atento e atualizado nas referências e nas leituras nacionais e internacionais, com uma escrita «simples», termo que é modestamente seu, a forma mais difícil, creio, a que permite o escrutínio por todos, pelos que não sabem e passam a saber e pelos que já muito sabem e têm mais que entender, parafraseando de memória o Padre António Vieira. O então estudante de doutoramento em Paris, desde setembro de 1973, regressado a Portugal em 1974 para assumir funções governativas na área da ciência e ensino superior nos governos provisórios, certamente já sabia que a excelência só surge da e na massificação, crença democrática radical também feita de hábitos intelectuais imprescindíveis. Lénine, o do «aprender, aprender, aprender sempre», bem dizia que a política emancipadora só começa onde estão milhões. A. A. não fez política na sala de aulas, por onde também começaram a passar mais estudantes, graças a Abril. Discípulo e admirador do Doutor Teixeira Ribeiro, partilhou connosco uma história bem reveladora de um outro tempo e de um outro modo. Passou-se com Teixeira Ribeiro, mas poderia ter-se passado com A. A.: um estudante disse um dia ao velho Mestre que todos sabiam que ele era de esquerda, porque era o único professor que

(2) António AVELÃS NUNES, «Oração Proferida na Cerimónia do Doutoramento Honoris Causa na Universidade Federal do Paraná», 5 de março de 2007, publicada em Aldacy COUTINHO e outros, *Liber Amicorum – Homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 11-20 e disponível em <https://www.fd.uc.pt/~anunes/pdfs/univ.pdf>.

não fazia política na sala de aulas. Os Mestres são assim. Esta é a verdadeira revelação de uma vocação que deve inspirar-nos nos dias de hoje.

Entretanto, o atrevimento interpretativo sobre a vocação tem pelo menos uma evidência empírica quantitativa para lá da qualitativa: mais de uma década depois de se ter tornado Professor Catedrático Jubilado, A. A. faz questão de nos mostrar que, havendo saúde, tal momento pode ser só mais uma etapa de um trajeto intelectual, já que a sua produção é desde aí particularmente intensa. Entre reedições atualizadas e novos livros, contam-se às dezenas os volumes, sem esquecer textos dispersos por revistas ou capítulos de livros.

O primeiro livro de A. A. tirei-o da biblioteca do meu pai, parte da qual agora está ao meu cuidado. Intitulado *Do Capitalismo e do Socialismo*, tem as manchas de uma data redonda – cinquenta anos desde a sua publicação numa primeira edição da *Vértice* – e os traços dos usos, incluindo os sublinhados feitos por um jovem estudante da FDUC, um dos muitos milhares a beneficiar da sua investigação. Detenho-me por um momento nele, porque nos dá pista sobre os trabalhos de A. A., que são os de muitos, nestas últimas décadas de grandes avanços e de grandes retrocessos: afinal de contas, fomos da «Revolução de Abril à contra-revolução neoliberal», como tituló uma sua representativa coletânea de ensaios, em 2017.

Em 1969, num país e num mundo distantes, o «Dr. Pereira Ramos, agora residente na Holanda» entrevistou para o *Jornal do Fundão* (um órgão da imprensa dita regional com pergaminhos antifascistas nacionais) o «Prof. Jan Tinbergen», que «nunca teve automóvel», na sua «casa sóbria, na formosa cidade de Haia». Este «socialista de puro sangue» tinha acabado de ser o primeiro galardoado com o *Prémio em Memória de Alfred Nobel de Economia* criado pelo Banco Central da Suécia. Um dos pioneiros da econometria, era defensor do planeamento indicativo nas economias capitalistas, apostando num sistema de economia mista, na convergência institucional entre as economias dos campos capitalista e socialista, almejando chegar, como num modelo, a um equilíbrio ótimo, que fosse capaz de combinar o melhor dos dois sistemas, ao mesmo tempo que pugnava pelo aprofundamento da integração europeia, como se esta nova escala supranacional alguma vez pudesse ser sistemicamente neutra. O neoliberalismo era ainda intelectual e politicamente marginal, mesmo na ciência económica que lhe foi primeiramente mais vulnerável, estando ainda longe de ter esvaziado o reformismo social-democrata.

Um ano depois, A. A. publica na *Vértice* uma extensa reação a esta entrevista. Nela revela um conhecimento aturado da tradição reformista transa-

tlântica em que Tinbergen se filiava, dos diagnósticos sobre as tendências sistémicas às prescrições que nos parecem radicais, mas só quando sucumbimos à ilusão do anacronismo. Em 1970, A. A. criticava justamente estas abordagens «por separarem as forças produtivas das relações de produção, identificando a revolução no campo da ciência e da técnica com a revolução social para legitimar a conclusão de que o problema da propriedade dos meios de produção é um problema ultrapassado» (3).

Para quem estuda a circulação internacional de ideias na história recente, o que aconteceu a seguir é revelador do caráter dos envolvidos, num improvável debate internacional entre centro e periferia, em que todos são centrais: Pereira Ramos decide dar conhecimento do texto de A. A. a Tinbergen, certamente traduzido, e este último responde-lhe no *Jornal do Fundão* a 18 de abril de 1971 sobre «o essencial do socialismo», enfatizando que o socialismo é sobre os fins – «o bem-estar de todos», garantidos pela comunidade. Sublinhando que os meios devem ser tão instrumentais quanto plurais, da propriedade pública de certos setores à fiscalidade progressiva e à educação, dois aspetos muito acentuados, Tinbergen reconhece um ponto central no argumento de A. A. – as desigualdades nacionais e internacionais permaneciam ilegitimamente elevadas no sistema capitalista. Tinbergen recusa, no entanto, o que considera ser uma insistência «doutrinária» na propriedade pública de todos os meios de produção, já que seria possível reduzir duradouramente as desigualdades de outros modos.

Elogiando a atitude de «humildade científica» revelada por Tinbergen e num «clima de diálogo», A. A. publica em dois números da *Vértice* uma réplica de mais de cem páginas, republicadas (com ligeiras adaptações, incluindo os cortes da censura) no volume já citado. Trata-se de uma crítica fundada às ilusões social-democratas da época, tributária da confiança no socialismo enquanto sistema histórico que estaria já superando a lógica da apropriação privada do sobreproduto criado pelos trabalhadores, cristalizada juridicamente num regime de propriedade privada, que, com todas concessões prudentiais do Estado social, continuava a moldar a lógica profunda do Estado no capitalismo. Mesmo com um planeamento indicativo e um sector empresarial do estado, as velhas e novas lógicas de ação pública não podiam deixar de servir a classe capitalista, em última instância, dominante. Esta lógica de

(3) A. J. AVELÃS NUNES, *Do Capitalismo e do Socialismo*, Coimbra, Atlântida Editora/Textos-Vértice, 1972, p. 27. Este livro compila todo um notável debate, iniciado pela entrevista de Tinbergen, que de resto o encabeça. Já com duas edições no Brasil, foi publicado em 2.ª edição, com Prefácio do autor, Lisboa, Editora Página a Página, 2017.

poder de classe contrastaria então com a direção consciente das forças produtivas, num quadro de relações de produção distintas das capitalistas e com uma distribuição igualitária do sobreproduto. Estas breves linhas não fazem justiça, nem pretendem fazê-lo, à densidade de uma resposta que mobiliza o que de melhor se escrevia e dizia a nível internacional, um hábito que A. A. manterá até ao presente, insistimos, mesmo que com oscilações formais de estilo, função dos contextos e das audiências.

É importante assinalar desde já um padrão em que A. A. insistirá décadas mais tarde, num mundo e num país mais próximos do nosso, em circunstâncias de refluxo, dada a sombra lançada pelos acontecimentos de 1989-1991, ou seja, pelo desaparecimento das experiências socialistas na Europa e pela correspondente inutilidade do «reformismo do medo»: «um diálogo como o que manteve com o Prof. Tinbergen seria hoje impossível, porque a social-democracia europeia está longe de subscrever as linhas mestras do pensamento do Professor de Roterdão», colonizada que foi pelo neoliberalismo, ou seja, por uma poderosa reação de classe, com declinações ideológicas poderosas e que procurou dismantelar as instituições que, numa circunstância histórica muito determinada, haviam tornado o capitalismo menos puro e, até certo ponto, temporariamente compatível com certas formas de que a democracia se reveste (4).

Inquirir das razões para este processo histórico de recuo intelectual e político tornou-se um ponto central da agenda científico-política de A. A.: no fundo, o keynesianismo, a economia mista, o desenvolvimentismo e o próprio Estado social são pelo menos em parte filhos do medo, sentido pelas classes dominantes, do colapso, tanto económico quanto político, do capitalismo. O medo do avanço do campo socialista levou a que as elites se conformassem temporariamente com o mal menor da reforma social-democrata do capitalismo, em particular na Europa Ocidental, sobretudo quando o expediente autoritário do nazi-fascismo, que muitas apoiaram, foi derrotado. Isto foi ainda mais assim, porque os vários e crescentes problemas de ação coletiva gerados pelo desenvolvimento do capitalismo, em que a cooperação é vantajosa, mas impossível de alcançar num quadro descentralizado, foram temporariamente resolvidos pelo planeamento indicativo, pelo Estado social ou pela política económica de pleno emprego de matriz keynesiana. É claro que aquilo que resolve alguns problemas para os capitalistas enquanto classe

(4) Ver, respetivamente, Pierre ROSANVALLON, *La société des égaux*, Paris, Seuil, 2011, p. 240, onde a questão do «reformismo do medo» é desenvolvida, e António AVELÃS NUNES, *Os caminhos da social-democracia europeia*, Lisboa, Página a Página, 2019, p. 24.

pode criar-lhes outros, sobretudo quando as classes trabalhadoras ganham demasiado poder e confiança e começam a exigir mudanças fundamentais nas relações de produção, como se observou em muitos países no final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século passado. Foi a confirmação da hipótese de Michal Kalecki, num «artigo luminoso», a expressão certa de A. A. (5). De facto, este economista político marxista tinha previsto, logo em 1943, que as políticas desejáveis de pleno emprego no quadro do capitalismo minariam a prazo a autoridade patronal dentro das ilhas de comando, as empresas, onde ocorre a criação e a extração de valor e que os liberais sempre preferiram ocultar. No fundo, os trabalhadores deixariam de estar tão agrilhoados pelo medo do desemprego. Antecipando este padrão, os capitalistas tenderiam a resistir a prazo ao keynesianismo, optando pelo regresso em novos moldes a abordagens que a Grande Depressão e a revolução keynesiana (de que A. A. revela uma vez mais ser um profundo conhecedor) parecia terem enterrado (6).

Nas décadas de 1980 e de 1990, a hipótese do fim da História foi apenas uma das expressões filosóficas da ausência de razões para ter medo por parte das classes dominantes (7). Afinal de contas, estavam a ganhar, em todos os tabuleiros, todas as lutas de classes, tendo estas vitórias deixado os freios e contrapesos sociais e internacionais ao capitalismo profundamente enfraquecidos. O resultado não tem sido famoso de todos os pontos de vista, incluindo o das doutrinas económicas, como A. A. não se tem cansado de registar desde que começou, nos anos 1980, a escarpelizar o hoje totalmente desacreditado monetarismo de Milton Friedman ou, mais recentemente, as adesões de tantos colegas seus ao ordoliberalismo, plasmadas numa regulação conforme à expansão das fronteiras dos mercados capitalistas.

Para lá das máscaras

É caso para dizer que, entretanto, depois de décadas de processos de neoliberalização, as coisas ficaram de tal ordem no capitalismo realmente

(5) Idem, p. 25.

(6) Michal KALECKI, «Political aspects of full employment», em *Political Quarterly*, Vo. 14, n.º 4, 1943, pp. 322-330.

(7) João RODRIGUES, «Na Sombra de 1989 – Economia Política Internacional depois do fim da história», em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial, 2019, pp. 189-216.

existente, que a análise marxista mais simples e despojada adquire, em boas mãos, um poder explicativo muito superior ao que passa por sabedoria convencional numa academia conformada. Omitindo as mais das vezes as relações de propriedade, quando pressionada a falar destas relações brutas, limita-se a garantir que são globalmente neutras do ponto de vista político-ideológico, quando não chega ao extremo de as ‘naturalizar’, vinculando-as a uma qualquer natureza humana. É claro que para lá disso ficamos a saber, pelo que resta de imprensa engajada com a informação, mero exemplo singelo, que os padrões de meios de comunicação social usam e abusam dos paraísos fiscais perante o silêncio noticioso dos seus órgãos. Também sabemos que as coisas estão de tal ordem no sistema internacional, depois de décadas de «humanitarismo armado», que o mesmo estilo de análise marxista, desta vez sobre relações internacionais, centrada no imperialismo (ou seja, na política externa das grandes potências capitalistas), tem maior poder explicativo do que a sabedoria convencional. Esta última garante, por exemplo, que a recente «cimeira pela democracia» dos EUA e aliados da UE e fora dela está para lá da perigosa propaganda: afinal de contas, os EUA e seus aliados lançaram 46 bombas por dia durante os últimos 20 anos e prometem continuar com este padrão ⁽⁸⁾.

Se isto é verdade, e se o livro de A. A., que tenho para recensear ajuda a confirmá-lo, também o é que as propostas realistas de transformação continuam brutalmente enfraquecidas: até parece que o celeberrimo aforismo se tornou cada vez mais verdadeiro – «é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo» ⁽⁹⁾. Este livro, no fundo, dá testemunho disso, ao reconhecer que as posições social-democratas de outros tempos, com as devidas distâncias temporais e espaciais, são hoje, a um certo nível de abstração, o lugar de refúgio estratégico dos marxistas ocidentais lúcidos. Estes sabem que têm de pugnar defensivamente pelo Estado social, pela economia mista, pela soberania nacional, como outros tantos pontos de apoio para voos mais altos, certamente, mas também porque são conquistas civilizacionais. Tornam a vida dos trabalhadores menos insuportável na «civilização das desigualdades» que é o capitalismo, fórmula tão sintética quanto apta de Joseph Schumpeter, o liberal dos anos 1940, conformado com o triunfo do socialismo, e que A. A. adotou como sua desde os anos setenta do século passado. Afinal

(8) Ver *AbrilAbril*, 9 de março de 2021, disponível em <https://www.abrilabril.pt/internacional/eua-e-aliados-lancaram-46-bombas-por-dia-durante-20-anos>.

(9) Fredric JAMESON, «Future City», em *New Left Review*, 2003, 21, 65-79.

de contas, umas das conclusões estratégicas mais importantes que encontramos neste livro é logo anunciada no primeiro quarto: «Concluo dizendo que a manutenção deste estado social é hoje, a meu ver, uma condição indispensável para a manutenção da democracia» (1º).

Esta conclusão sensata ancora-se num voo informado pela realidade histórica do século xx, incluindo nas suas declinações constitucionais democráticas, de Weimar (1919) a Lisboa (1976), por exemplo. Infelizmente, constitucionalistas destacados, como José Gomes Canotilho, desistiram de atentar nas forças sociais motrizes da democracia, dando por perdido esse Estado social e sendo por isso merecedores da crítica frontal neste livro. O livro também não poupa, já agora, aqueles que na FDUC aderiram à moda de um Estado privatizador e regulador, presa fácil do capital monopolista e rentista, das EDP desta desgraçada forma de economia política neoliberal, que exige doses cavalares de ideologia, também declinada num jargão jurídico difícil de penetrar. Lembremos, já agora, que a EDP foi uma criação do Estado democrático português, superando uma multiplicidade ineficiente de empresas privadas na fileira energética, cuja parcela de controlo foi vendida ao desbarato ao capital estrangeiro, o que não cuida dos interesses dos que aqui vivem e trabalham, comprovando-se nesse processo um dos pontos caros a A. A.: não há controlo nacional de setores estratégicos sem propriedade pública, nem autoridade do Estado, sequer sobre preços cruciais. Fala-se cada vez mais de pobreza energética, não por acaso.

Um livro rico de mais de oitocentas páginas – um livro que teve originariamente (2010) pouco mais de duzentas páginas, com um título diferente – pode ser descascado também através da exploração dos significados da palavra máscara. Por vezes contraditórios, estes significados permitem-nos ver as formas históricas que o Estado assumiu e assume no capitalismo, visto como um sistema em contraditória evolução, declinando-se ao longo do tempo e no mesmo momento desse tempo em formações sociais diferenciadas e logo em formas de Estado diferenciadas. Este é o método de A. A., revelado no cruzamento de ideias bem materiais e de materiais bem ideológicos. Note-se, entretanto, o sinal de um tempo: um livro sobre máscaras e os modos de as tirar e de as colocar teve no convite para a sua apresentação a sensata indicação – «obrigatório o uso de máscara». A norma é inescapável e assume formas sempre novas e por vezes tragicamente irónicas.

(10) António AVELÃS NUNES, *O Estado capitalista e as suas máscaras*, Lisboa, Edições «Avante!», 2021, p. 165.

No *Dicionário Houaiss* o primeiro significado da palavra máscara não está associado a proteção, mas sim a uma peça que serve para ocultar a identidade, sendo logo a seguir dada a indicação de que, no teatro, os atores cobrem com máscaras o rosto para encarnar personagens, havendo no antigo teatro grego uma máscara para a tragédia e outra para a comédia. Numa obra clássica sobre disfarces políticos franceses, sobre a tragédia do cesarismo napoleónico, Karl Marx tinha precisamente alertado que a história se pode repetir, primeiro como tragédia e depois como farsa, sem esquecer logo a seguir a melhor indicação sobre a relação entre agência e estrutura num tempo e num espaço determinados: «Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas» (11). O materialismo histórico é um método de análise para desmascarar a complexa e historicamente mutável natureza de classe das lutas político-ideológicas em torno do Estado, esse dispositivo territorializado, onde a coerção e o consenso se encontram e articulam.

O livro de A. A. começa por facultar ao leitor um conjunto de indicações histórico-filosóficas preciosas sobre o esforço de tantos ideólogos burgueses para disfarçar a natureza do Estado capitalista, sobretudo na época contemporânea, a que foi aberta pela Grande Revolução Francesa e marcada ideologicamente pela economia política liberal: as palavras-chaves são aqui neutralidade e separação. O Estado seria neutro em relação aos interesses das burguesias, até porque estaria higienicamente separado da sociedade civil, ou seja, da economia capitalista. Nunca uma máscara teve tanto poder de conformação e serviu tão bem para destruir uma velha ordem e construir outra nova.

Verdade seja dita – e A. A. não se tem cansado de o sublinhar com erudição – os melhores economistas políticos liberais, num tempo de ideias claras, na transição do século XVIII para o XIX, não deixaram de tirar esta máscara ao Estado nos seus momentos mais lúcidos e francos. Tomo, por todos, o exemplo (um dos melhores, um dos que a economia convencional gosta de papaguear) da «mão invisível», sempre a mesma, a que só faz uma, apenas uma, aparição tão fugaz quanto ambígua no livro fundador (*Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*) do humanista e filósofo moral escocês Adam Smith, publicado em 1776.

(11) Karl MARX, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Lisboa, Edições «Ávante!», 1984, p. 21.

Quem se aventure para lá das primeiras páginas e chegue ao Segundo Volume de Riqueza das Nações, terá acesso a uma pesada análise, talvez não aconselhável aos estômagos enfraquecidos por uma dieta de sabedoria convencional sobre o Estado: «O governo civil, na medida em que é instituído com vista à segurança da propriedade, é, na realidade, instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma propriedade em detrimento daqueles que nada possuem» (12). A ciência serve para tirar a máscara, enquanto falsa aparência, um dos significados da palavra que A. A. naturalmente mais valoriza. O Estado nunca é neutro e a separação entre economia e o resto do processo da vida não é possível para lá da ideologia, dado que na realidade as coisas estão emaranhadas.

A. A. revela conhecer muito bem Adam Smith e toda a tradição que este inaugurou. Trata-o, a ele e a outros, sempre com a subtileza formativa que um grande pensador merece, até porque sem esta tradição não teria havido a economia política marxista, essa superação, que inclui retenção do melhor que está para trás, essencial para passar para um plano superior, dos fisiocratas a David Ricardo, passando, e que passagem, por Smith. Afinal de contas, enterrado no menos lido Segundo Volume, está também o reconhecimento por Smith de que a divisão do trabalho capitalista contém um lado negro, para lá dos lados luminosos do Primeiro Volume: o risco da desqualificação subordinada, na expressão de Smith, tão franca quanto paternalista, a «estupidificação» de quem cria todo o valor, o que exige um esforço público de educação, por exemplo, verdadeira caixa de pandora. O liberalismo aceitará relutantemente tirar a máscara do Estado mínimo, mas só depois de muitas lutas de classes.

Na realidade, sabemos que no capitalismo o Estado nunca foi mínimo e o livro de A. A. mostra-o bem. Como afirmou memoravelmente Karl Polanyi – que também reconheceu que «o propósito de Smith era olhar a riqueza das nações como uma função da sua vida nacional, física e moral» –, «a via para o mercado livre foi aberta e manteve-se aberta graças ao aumento constante de um intervencionismo organizado e controlado centralmente» (13). No fundo, quanto mais mercadorização, mais Estado. E logo mais máscaras são necessárias. Se a referência a Polanyi está ausente do livro de A. A., algumas das suas questões e conclusões estão ali bem presentes.

(12) Adam SMITH, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Volume II, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 322.

(13) Karl POLANYI, *A Grande Transformação*, Lisboa, Edições 70, 2012 [1944], p. 270 e p. 310.

Do capitalismo das guerras imperiais da época moderna e contemporânea e da acumulação original à Grande Guerra de 1914-1918 e sobretudo ao período posterior, surge a weberiana questão do usos e abusos daquela «*comunidade humana que, dentro de um território (...) reclama (com êxito) para si o monopólio da violência física legítima*» (itálico no original) (14).

Igualmente presente e também colocada por Polanyi, a questão marxista de quem controla a plástica instituição de todas as instituições, para usar uma fórmula institucionalista útil para o Estado moderno (15). É aquele Estado que cria mercados, mas também distribui e redistribui, de forma enviesada, direitos e obrigações, dadas as interdependências crescentes, indissociáveis do desenvolvimento do capitalismo, e, logo, a necessidade de imputar os seus custos sociais: poluição, membros amputados por trabalhos perigosos, insalubridades e vírus vários, alimentos adulterados e impróprios para consumo, ignorância embrutecedora e tantas vezes fabricada, esqualidez, alcoolismo ou prostituição, todas as formas de violência social que se inscrevem em corpos fragilizados pela passagem de tempos difíceis.

Sabemos quem pagou e quem teve de lutar para que outros tivessem de reconhecer e de pagar alguns desses custos sociais tantas vezes invisibilizados. Afinal de contas, na Manchester industrial a esperança média de vida chegou a ser quase metade da registada no resto de um reino assim desunido e a primeira legislação sobre a questão social proibia ali, perante o protesto de tantos patrões, o trabalho a menores de 9 anos. E, durante muito tempo, os patrões escondiam as crianças em cestos à passagem dos inspetores. A Economia Política, que é história racionalizada, como a pratica A. A., também é um combate pela memória.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels arrancaram, uma a uma, estas máscaras, reconhecendo desde logo a natureza contraditória do Estado, como faz A. A., parecendo até, por vezes, embora só ao leitor menos atento, entrar ele próprio em contradição ao longo do livro. Em 1848, era do mais são realismo crítico dizer-se que a burguesia conquistou «o domínio exclusivo no moderno Estado parlamentar» e que, desta forma, «o executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os

(14) Max WEBER, *A política como vocação, a ciência como vocação*, Lisboa, Bookbuilders, 2017, p. 7.

(15) José REIS, *Ensaio de Economia Impura*, Coimbra, Almedina, 2007.

negócios coletivos de toda a classe» (16). Mas também é verdade que o sentido dessa formulação provisória é aberto e plural e que as classes trabalhadoras subordinadas, enquanto maioria excluída do Estado, se organizam e reivindicam poderes para si, ou seja, a democracia que resulta do sufrágio universal e não só, historicamente indissociável dos valores do trabalho e das suas lutas, como aconteceu no derrotado Cartismo britânico, desde sempre valorizado por A. A.. Marx e Engels, por sua vez, valorizaram a «conquista da democracia pela luta», porque estavam convencidos do seu valor formador e porque a luta se inscreve num devir histórico de afirmação da maioria, todo um revolucionamento que se aferia, em última instância, nas relações de produção. Os operários passam de não ter pátria, a ter «de se elevar a classe nacional, de se constituir a si mesmo como nação» (17). Por exemplo, Antonio Gramsci, continuador da tradição leninista a Ocidente – a que compreendeu a necessidade de juntar aos proletários um novo sujeito político mais largo, os povos –, falará da constituição de uma vontade coletiva nacional-popular, alertando para a necessidade de travar uma guerra de posição, dadas as múltiplas trincheiras e casamatas da hegemonia, as articulações robustas entre Estado, sociedade civil e seus aparelhos ideológicos no capitalismo.

A. A., por seu lado, não deixará nunca de valorizar a soberania nacional, essa condição necessária de uma democracia que avança; mesmo com grandes recuos, esta só resistirá num núcleo fundamental de direitos enquanto aquela tiver forças motrizes de classe, como teve, e com que incomparável intensidade, no ponto alto da nossa história da luta de classes, forças essas que se cristalizaram constitucionalmente no objetivo generoso de uma sociedade sem classes e no quadro de uma economia mista em transição para o socialismo, pese embora a insuficiência de meios, que nunca estiveram verdadeira e inteiramente disponíveis. Estas marcas ideológicas, enquanto visão do mundo reveladora, estão presentes, atrevo-me a dizer, em cada página deste livro e de forma muito consistente: «Esta consciência de que as constituições não são varinhas mágicas, nem são o *motor da História* não pode negar a importância, no plano jurídico, no plano político e no plano civilizacional, da consagração daqueles direitos [económicos, sociais e culturais]» (18).

(16) Karl MARX e Friedrich ENGELS, «Manifesto do Partido Comunista», in *Obras Escolhidas*, Tomo I, Lisboa, Edições «Avante!», 1982 [1848], p. 109.

(17) *Idem*, p. 122.

(18) António AVELÃS NUNES, *O Estado capitalista...* cit., p. 359.

Afinal de contas, as conquistas constitucionais são também pontos focais da resistência de classe.

Entretanto, não escapou à atenção da melhor tradição marxista que, no *Manifesto* e em outros trabalhos de Marx e de Engels, apesar da ausência aí de uma teoria da nacionalidade, a conquista do poder do Estado predominantemente nacional, a conquista do domínio político, implica «a princípio» «intervensões despóticas no direito de propriedade», passíveis de múltiplas declinações, mas capazes de atenuar primeiro e de superar depois o precedente despotismo inerente às formas burguesas de dominação assentes na propriedade privada. Marx e Engels sublinham de passagem (cabrerá a outros esse aprofundamento na prática e na teoria) que as medidas preconizadas «serão naturalmente diferentes consoantes os países» – não há via única nos processos históricos de mudança do poder de classe –, sem, no entanto, deixarem de avançar com propostas «para os países mais avançados», como a abolição do direito de herança, a educação pública gratuita, o emprego garantido ou (tão crucial numa economia monetária de produção, como a história aliás se encarregará de mostrar) a «centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo»⁽¹⁹⁾. A violência legítima não basta como monopólio. A confiança social na moeda e a sua aceitação generalizada resultam da prerrogativa do Estado nacional de definir coercivamente o que é o dinheiro para aqueles sujeitos às suas leis. A moeda funcional é de resto inseparável das finanças públicas, como bem sabemos, graças a economistas não-marxistas, como o bem valorizado e escalpelizado Keynes. A experiência histórica tem confirmado, aliás, a importância da soberania monetária.

Aqui chegados, talvez seja altura de retomar o *Dicionário Houaiss*, escolhendo três outros significados de máscara com valor também metafórico, se bem que algo funcionalista: a peça de proteção em múltiplas circunstâncias – médicas, de trabalho ou sociais –, o dispositivo que facilita a inalação e o preparado que é aplicado sobre a pele do rosto com propósitos estéticos ou medicinais, incluindo a regeneração e conservação. O Estado não é uma metáfora, mas estas metáforas ajudam a pensar sobre as suas formas e substâncias, sobre as relações sociais que estão entre o quem e o quê, entre o que vai sendo protegido e quem correlativamente vai sendo exposto.

Percorrendo o livro de A. A., emergem as figuras da proteção, da conservação e da regeneração, aquelas que implicam mudança de preparados,

(19) *Ibidem*, pp. 124-125.

da segurança, que só pode ser social, mas que se pode traduzir nos polos opostos do Estado penal ou do genuinamente social, do braço direito e do braço esquerdo, tantas metáforas para uma realidade multidimensional e que extravasa sempre os supostamente óbvios requisitos estatais funcionais para a reprodução do capitalismo, como se houvesse também no Estado um qualquer equilíbrio passível de ser revelado para todo o sempre e para todas as latitudes, como se os requisitos de reprodução fossem evidentes.

Um economista político assumidamente burguês como Max Weber – que nos legou umas das definições mais económicas do Estado, já acima referida – chamou a atenção, nesse mesmo texto de 1919, para a tendência de crescimento do Estado. Era um facto prenhe de consequências políticas, mas que ele procurou ideologicamente neutralizar e acomodar no domínio de uma burocracia cada vez mais especializada e qualificada, cuja integridade podia estar ameaçada e, com ela, «o funcionamento técnico do aparelho estatal, cuja importância aumenta continuamente e aumentará ainda mais, graças à crescente socialização» (20).

Se a socialização crescente tem sido uma tendência do capitalismo, todas as doutrinas tiveram de lidar com a forma de aparelho estatal em expansão mais adequada aos interesses servidos e aos valores preconizados. Começou a ficar claro que existiam falácias da composição cada dia mais numerosas num sistema capitalista crescentemente precário: aquilo que é racional para um capitalista individualmente considerado pode gerar, se emulado por um número significativo de pares, uma situação irracional. Se todos decidirem cortar salários, haverá problemas de procura; se todos decidirem poupar com medo do futuro, haverá menos investimento, logo menos rendimento e logo menos poupança. Na cultura política das direitas dos anos subsequentes às crises do capitalismo, do fascismo ao neoliberalismo, foi necessário enfrentar esta questão, sem cair na social-democracia de *New Deal* e, muito menos, em soluções socialistas.

No fascismo, como sublinhou Karl Polanyi, cruzando Weber e Marx, a realidade da sociedade foi assumida com um brutal sacrifício da igualdade e da democracia, já para não falar da radicalização da violência imperialista. O contexto institucional fascista deu aos patrões a segurança da propriedade e do campo de concentração para todos os que desafiassem esta nova ordem «proprietarista»: primeiro levaram os comunistas, claro. Como sublinhou o já referido Kalecki, o fascismo facilitou a aceitação por certas frações das

(20) Max WEBER, *A política...*, cit., p. 21.

burguesias de um Estado intervencionista, que lidou com as tais falácias, por exemplo, através de uma forma de capitalismo de guerra que assegurou procura e emprego. A. A. aborda os fascismos como um expediente histórico, mas também como uma solução autoritária sempre à disposição das burguesias, de resto com a cumplicidade de tantos liberais económicos tentados pelo autoritarismo político: de Ludwig von Mises (que saudou os fascistas italianos na década de vinte por terem salvo o princípio da propriedade privada na Europa) ao seu discípulo Friedrich Hayek, que, com Milton Friedman, deu todo o apoio ao «fascismo de mercado» de Pinochet e dos seus *Chicago Boys* (21).

De facto, Friedrich Hayek, que liderou a transformação da Economia Política liberal em neoliberal, função dos novos inimigos ideológicos socialistas de tantas matizes e da necessidade de superar a atitude ingénuo associada ao *laissez-faire*, haveria de reconhecer: «O que importa é o carácter e não o volume da atividade do governo», visto que «uma economia de mercado funcional pressupõe certas atividades por parte do Estado, há outras deste tipo que contribuem para o seu funcionamento; e pode tolerar muitas mais, desde que sejam compatíveis com um mercado funcional» (22). Que atividades são estas? As que forem necessárias para combater todos os socialismos e garantir a reinstituição de um certo poder de classe.

Ao mesmo tempo, Hayek não deixaria de notar repetidamente, ao longo da sua obra, que a questão decisiva neste contexto seria a de garantir pelo menos a limitação da democracia, sem a qual o capitalismo, idealmente expurgado de concessões coletivistas feitas aos subalternos, estaria sempre em risco. A. A. está em terreno muito sólido na análise da prática neoliberal, mas também quando se debruça sobre a melhor teoria neoliberal, aquela desenvolvida antes do seu triunfo político-institucional, ao sublinhar as tendências autoritárias do neoliberalismo: «O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar (...) O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemo-

(21) A apta expressão «fascismo de mercado» foi forjada por um dos economistas convencionais mais influentes do século xx, Paul Samuelson, e é mobilizada por A. A., num exemplo de leitura e aproveitamento atentos de tudo o que interessa, de tudo o que possa ajudar a compreender um certo fenómeno histórico, independentemente da sua origem político-ideológica. De resto, um dos métodos de A. A., presente ao longo do livro, consiste em identificar diagnósticos radicais, que vão à raiz do problema, nos autores mais consagrados e insuspeitos de simpatias marxistas, mas que muitas vezes, e sem disso se darem conta, partilham um certo diagnóstico e até uma certa proposta, dada a evolução da realidade.

(22) Friedrich HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, Lisboa, Edições 70, 2018 [1960] p. 289.

nia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, que é hoje visivelmente a ditadura do grande capital financeiro» (sublinhados no original) (23). Não nos esqueçamos de que este capital financeiro assumiu, pela voz do banco internacional J. P. Morgan, entre outras, que as constituições de recorte antifascista constituíam um impedimento às contrarreformas neoliberais no sul da Europa (24). Na boa tradição marxista, A. A. filia o neoliberalismo numa nova fase do capitalismo, marcado pela financeirização, ou seja, pelo aumento da importância política dos agentes, motivos e mercados financeiros, sublinhado em que também o acompanhamos na análise que temos feito da inscrição nacional deste processo (25).

A integração europeia para lá das máscaras

Não contei com rigor, mas não erro muito se arrisco dizer que, direta ou indiretamente, bem mais de um terço do livro de A. A., em linha com muita da sua investigação mais recente, é dedicado a um dos tópicos mais relevantes para a compreensão da evolução histórica registada, desde a década de 1980, nas formas de Estado em grande parte do continente europeu e logo nesta periferia peculiar. Falo naturalmente do processo de integração dos Estados europeus, que culminou na União Europeia (UE) e que operou uma transformação institucional de grande alcance (de Estado-nação passámos a Estado-membro). Sem esta transformação pós-democrática, que mudou a natureza do Estado português de formas tão variadas quanto ainda não totalmente compreendidas no seu alcance, a resiliência do capitalismo neoliberal é incompreensível. E isto inclui a sua declinação austeritária em que, corretamente, A. A. insiste, a reveladora resposta europeia à crise da finança neoliberal, imposta brutalmente às periferias no início da segunda década deste século, depois de o ter feito de forma mais atenuada ao longo da primeira década.

Um Estado-membro como Portugal viu a sua soberania ser perfurada, com traduções constitucionais perturbadoras, pela perda de instrumentos de política económica, que davam a essa soberania uma ancoragem mate-

(23) António AVELÃS NUNES, *O Estado capitalista...*, cit., pp. 267-268

(24) *Esquerda*, 9 de julho de 2013, disponível em <https://www.esquerda.net/artigo/primeira-nao-constituicoes-antifascistas-da-periferia-do-euro-sao-um-empecilho-diz-jp-morgan-o>.

(25) João RODRIGUES, Ana Cordeiro SANTOS e Nuno TELES, *A financeirização do capitalismo em Portugal*, Atual, Coimbra, 2016.

rial mínima, o que aliás garantiu convergência com o centro durante algumas décadas. Uma perda que foi obra de um bloco central tão informal quanto crescentemente neoliberal e que, particularmente desde a perda da soberania monetária, organizada ao longo da década de 1990, esteve associada a estagnação, divergência e crescimento significativo da dívida externa, uma combinação sem precedentes históricos: o euro revelou ser uma moeda demasiado forte para uma economia progressivamente enfraquecida. Basta pensar que só em 2017 o país cresceu ligeiramente acima da média da zona euro. Por exemplo, o peso do investimento no Produto Interno Bruto (PIB) chegou a cair para quase metade da percentagem registada antes do euro e a taxa de desemprego chegou a atingir quase o dobro do seu máximo histórico e ainda hoje está acima da taxa média desse período.

O ciclo de privatizações, que começou antes do euro e que com este se aprofundou, significou a entrega crescente ao capital estrangeiro de centros económicos estratégicos, incluindo no crucial sector da banca, cujas regras são agora definidas em Frankfurt, embora as faturas continuem a ser pagas pelos que aqui vivem. Um sistema económico moderno é uma economia monetária de produção. Por isso, abdicar de ter moeda própria não é apenas abdicar de ter política monetária e cambial próprias, é abdicar de emitir dívida pública numa moeda sobre a qual se tem controlo político democrático, é passar a estar totalmente endividado numa moeda estrangeira e logo comandada por interesses estrangeiros a partir do Banco Central Europeu (BCE). A imbricação entre moeda única e mercado único significa no essencial uma política única, dado que, por exemplo, também não existem controlos nacionais sobre a entrada e a saída de capitais ou de bens e serviços.

Neste contexto, e com uma política orçamental constrangida por regras ao serviço dos mercados financeiros, as políticas sociais e laborais, sobre as quais o país ainda tem formalmente controlo, tornam-se objeto de pressões seletivas, ou seja, do poder estrutural do capital que opera numa escala internacional. E este quer corridas para o fundo em matéria de direitos laborais e em matéria fiscal; corridas que a UE promoveu no passado e que está fadada a promover no futuro. A mudança nas formas que o Estado assume são assim profundas.

No entanto, estranhamente, ainda são raros os intelectuais públicos que, como A. A., estão dispostos a revelar a natureza da UE, numa academia onde o europeísmo é o que de mais parecido existe com um ofuscador dogma ideológico. Tal dogma não pode ser desligado de um investimento financeiro bruxelense nas máscaras, por exemplo, através de uma rede de cátedras Jean Monnet e de outros financiamentos que incentivam a paz intelectual dos

cemitérios de ideias. Muitos, com ironia displicente, ainda consideram a UE um OPNI (objeto político não-identificado). Na realidade, na UE conjuga-se de forma original, e mais robusta do que muitas vezes se pensa, uma lógica supranacional, institucionalmente representada pela Comissão Europeia, pelo BCE ou pelo Tribunal de Justiça, com uma lógica estadual, geopolítica, dominada pelas grandes potências e pelas suas prioridades de política interna e externa. Estas duas lógicas políticas e o seu emaranhamento criam uma complexidade e uma opacidade institucionais que servem a dominação do grande capital financeiro, bancário e industrial.

Alguns juristas mais rendidos ao ordoliberalismo e não menos afoitos, como Vital Moreira, chegam mesmo a falar de uma constituição europeia informal, para se referirem de forma apologética à tralha ideológica de tratados internacionais que criaram uma estrutura neoliberal de constrangimentos que esvazia a democracia: não há escolha democrática contra tal parafernália legal, já disse um Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, promotor político de um paraíso fiscal, o Luxemburgo. O projeto de uma constituição formal foi derrotado pelos povos, mas imposto sob a forma de Tratado de Lisboa: não foi porreiro, pá... Entretanto, embora opere à escala internacional, o grande capital não deixou de ter vínculos prioritários aos Estados mais poderosos da UE. E daí o investimento político alemão na sua perpetuação, como A. A. assinala por várias vezes.

A realidade da economia política da integração é, de facto, ofuscada por doses maciças de propaganda, assente em truques ideológicos e na mentira mais despudorada. Afinal de contas, um Presidente da Comissão Europeia, de novo Jean-Claude Juncker, garantiu que «em vinte anos, o euro trouxe prosperidade e proteção aos nossos cidadãos». Foi o mesmo que afirmou, em plena crise do euro, que quando «as coisas ficam difíceis é necessário mentir» (26). Quando as coisas ficam difíceis é preciso insistir na partilha da soberania contra os egoísmos nacionais, na defesa de uma economia social de mercado alegadamente capaz de conjugar rigor orçamental com coesão social, porque só unidos podemos influenciar a regulação da globalização. Mentiras e mais mentiras. A. A. escarpeliza-as com denodo, revelando a realidade da economia muito política da UE, em geral, e do euro, em particular. Esta indica-nos que partilha de soberania é uma forma de obscurecer a realidade da perda desigual de soberania entre Estados crescentemente desiguais e a sua desi-

(26) Citado, respetivamente, em <https://twitter.com/junckereu/status/1079689199069130752> e em <https://www.bbc.com/news/world-europe-28317790>.

igual transferência para instituições supranacionais muito menos democráticas e muito mais controladas por interesses económicos egoístas e invisibilizados.

É que, ao contrário do que diz a propaganda, a história confirma que as expressões institucionais mais consequentes de solidariedade foram construídas à escala nacional, justamente aquelas que são atacadas de múltiplas formas pela escala supranacional da UE: do salário mínimo nacional ao serviço nacional de saúde, passando pela segurança social de base nacional. A ideia de uma economia social de mercado, por sua vez, foi uma forma que os ordoliberais inventaram para tentar passar o capitalismo concorrencial, mas sub-repticiamente monopolista, por um sistema com as melhores consequências sociais. Outra mentira, como se vê. Já a ideia de ver na UE um instrumento para que a Europa pesasse na globalização esquece que esta tem sido o outro nome deste processo de integração supranacional neste continente, expondo as sociedades nacionais aos efeitos deletérios da abertura irrestrita aos fluxos económicos. Obviamente, não há capitalismo sem regras, sem regulação. As regras dominantes estão, na UE, ao serviço da transferência de recursos de baixo para cima na pirâmide social e na hierarquia vincada de Estados: classe e geopolítica, em suma. Só com um diagnóstico deste tipo é possível identificar as forças e as fragilidades deste arranjo e evitar os becos sem saída do europeísmo, mesmo que eivado das melhores intenções.

De facto, como se viu na Grécia em 2015, a força da UE está no manejo, sem qualquer escrúpulo, de todos os instrumentos de política, incluindo a monetária, para submeter Estados fragilizados, de onde irrompem forças políticas que se dizem radicais, mas que não dispõem de um diagnóstico e de um programa adequados a transformações que vão à raiz dos problemas. A fraqueza da UE está em ser fator permanente de polarização e crises, ao mesmo tempo que é alimentado o sentimento de dignidade nacional, ofendido pelas ingerências sucessivas de instituições sem legitimidade democrática. A questão é saber se este sentimento vai ser dirigido, por quem e com que impactos, até porque a UE, sendo uma máquina de liberalização, é correlativamente uma máquina de gerar fascistas. Se assim é, a resposta antifascista dificilmente deixará de partir do que ainda resta de Estado democrático e social de base nacional.

Máscaras na pandemia

Zhou Enlai, um dirigente comunista chinês, questionado um dia sobre o impacto da Revolução Francesa de 1789, terá respondido que ainda era muito

cedo para saber. *Si non è vero, è ben trovato*, pois sabemos que narrativa histórica hoje dominante da Grande Revolução apenas triunfou politicamente a partir do seu segundo centenário, quando a sua fase mais radical e conseqüente, a que aboliu a escravatura nas colónias e que tentou ir para lá dos direitos associados à propriedade privada, foi reduzida a um simples e descontextualizado «terror». Ainda assim, podemos sempre ser forçados a escrever os primeiros rascunhos de uma história ainda em aberto, como podemos também ter de escrever, eventualmente, receitas provisórias para as cozinhas do futuro. A. A. não escapou naturalmente a estes impulsos. Afinal de contas, a pandemia impôs o uso de máscaras de proteção, ao mesmo tempo que estiolou algumas máscaras ideológicas, num refazer da história que confirmou hipóteses do seu trabalho de décadas e sublinhou que derrota política não equivale necessariamente a derrota intelectual: a primeira é questão de poder e a segunda é questão de validade. Sem esta distinção difícil, mas crucial, estou certo de que livros destes não teriam visto a luz do dia depois de 1989. A pandemia é incontornável e este livro tem coisas importantes a dizer sobre ela.

Imaginem que as 63 recomendações da Comissão Europeia, dirigidas aos Estados nacionais nos anos antes da pandemia, entre 2011 e 2018, para que reduzissem ainda mais os serviços nacionais de saúde e apoiassem a provisão privada, tinham sido seguidas até às suas últimas conseqüências (27). Imaginem que já não tínhamos um Serviço Nacional de Saúde ou uma cultura de saúde pública associada, aquela que tornou a vacinação em massa uma rotina civilizacional. Imaginem que todos os juristas se tinham conformado com o fim de um Estado social que continua a ser imensamente popular, de tal forma que foi preciso uma *troika* estrangeira e um governo entusiasticamente subordinado (e até militantemente empenhado em ir além da *troika*) para tentar dar-lhe o golpe de misericórdia, procurando reduzir o Estado ao tal comité para os negócios de uma certa burguesia, incluindo de um bárbaro capitalismo da doença. Valeram-nos as lutas defensivas pela sobrevivência institucional, ainda que demasiado circunscrita, de um princípio socialista: de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. A imaginação é necessária para pensar nas alternativas socialistas, aspeto que este livro não aprofunda, fiel que é às trincheiras principais aqui e agora.

(27) Emma CLANCY, «Discipline and Punish: End of the road for the EU's Stability and Growth Pact», *A report commissioned by Martin Schirdewan MEP, Die Linke Member of the European Parliament (GUE/NGL)* Fevereiro de 2020, disponível em <https://emmaclancy.files.wordpress.com/2020/02/discipline-and-punish-eu-stability-and-growth-pact.pdf>.

Mas a imaginação, como se vê, também serve para denunciar as renovadas utopias liberais, com consequências distópicas.

Entretanto, A. A. não deixa de sublinhar como a crise pandémica, não tendo caído do céu, é antes o resultado de desenvolvimentos internos à lógica capitalista de expansão das fronteiras da mercadorização. No sintético teorema forjado por Andreas Malm: «apropriação capitalista do tempo e do espaço mais compressão capitalista do tempo e do espaço igual a pandemias zoonóticas» (28).

As respostas de política económica dos principais poderes públicos capitalistas têm sido muito esclarecedoras, simultaneamente libertadoras e liberticidas, neste contexto. Confirmou-se que os principais preços numa economia monetária de produção – as taxas de juro – podem e devem ser definidos politicamente pelos centros de planeamento, os bancos centrais, num sistema de outra forma ainda mais caótico. O drama na zona euro é que o banco central foi separado do tesouro nacional, proibido que está de o financiar, colocando assim os Estados-membros abaixo dos bancos ditos privados (outra ficção), como se fossem meros agentes privados e não Estados nacionais que têm de lidar com questões de vida e de morte. Esta regra teve de ser contornada, para que pudesse ser suspensa toda a tralha jurídica austeritária, a que julgou que a discricionariedade orçamental alguma vez pode ser evitada numa economia tão instável.

Sabemos que o soberano é quem decreta o que é excecional e nestes decisivos campos a UE tem mais poderes do que deveria para tais decretos. Seja como for, o BCE decidiu intervir maciçamente, comprando títulos da dívida privada e pública num volume sem precedentes, exercendo, assim, um controlo efetivo sobre as taxas de juro, disciplinando os mercados e tornando os Estados momentaneamente autónomos em relação à lógica míope dos primeiros.

Em plena crise das dívidas soberanas (uma crise, lembre-se, que não foi de dívida soberana, porque o Estado português não controla a moeda em que a dívida está denominada), na véspera da intervenção da *troika*, a taxa de juro das obrigações do tesouro nacional a dez anos chegou a 16%, com a dívida pública a ultrapassar os 120% do PIB. Quase dez anos depois, a dívida ultrapassa de novo os 120% do PIB, mas agora a taxa de juro das obrigações do tesouro nacional a dez anos fica-se por uns residuais 0,25% e assim permanecerá enquanto o BCE quiser. Retrospetivamente, toda a austeridade imposta a partir de 2010, com centenas de milhares de postos de trabalho destruídos e

(28) Andreas MALM, *Corona, Climate, Chronic Emergency*, Verso, Londres, 2020, p. 78.

com centenas de milhares de portugueses compelidos a emigrar, foi um evitável desperdício, feito em nome da consolidação de um modelo neoliberal. Tal facto deverá permanecer na memória coletiva como um momento revelador do preço que o país pagou naquele momento por ter abdicado da sua soberania monetária no final do milénio. Em linha com outros trabalhos de A. A., este livro ajuda-nos a preservar esta memória (29).

No entanto, não caímos em complacências, até porque o livro que venho analisando não o autoriza: as regras podem ter sido suspensas, mas o governo português escolheu acolher uma política económica centrada na ideia pré-keynesiana do equilíbrio orçamental, dependente de vitaminas europeias insuficientes e com uma condicionalidade política reforçada, que visa o aprofundamento da reestruturação neoliberal, uma política que garante que Portugal fica para trás; uma política que corresponde ao que o Consenso de Bruxelas-Frankfurt continua a advogar para esta periferia. Baseando-se em dados do Fundo Monetário Internacional, o economista Paulo Coimbra fez as contas, e concluiu: no que a Portugal diz respeito, a despesa pública discricionária e adicional de resposta à crise cifrou-se nos 5,6% do PIB de 2020, ou seja, uma despesa que representa pouco mais de metade da média mundial (9,7%) e um terço daquela realizada pelas economias avançadas (17,7%), em que nos integramos, tendo ficado o nosso país, neste capítulo, mais próximo dos países pobres, ou das economias emergentes (30). Isto explica um padrão que se tornou recorrente, num país onde o investimento público é o mais baixo da UE, em percentagem do PIB: demoraremos mais tempo a sair da crise, uma tragédia com máscaras ideológicas oferecidas por um centro que as descarta.

Confiança sem máscara

Já perto da página oitocentos, a terminar o livro, A. A., convicto de que «o capitalismo não é o fim da História», explicita a sua «visão antropológica optimista», que o leva «a admitir que os homens podem fazer a sua própria História», mas só através da luta de classes, «que é o verdadeiro *motor da História*»

(29) Este parágrafo retoma a análise desenvolvida em Paulo COIMBRA e João RODRIGUES, «A economia das trevas está de regresso?», em *Le Monde diplomatique* – edição portuguesa, janeiro de 2022, pp. 4-6.

(30) Paulo COIMBRA, «Política económica em tempo de confinamento: lições a reter», *Manifesto*, Inverno de 2021.

(itálicos no original) ⁽³¹⁾. Ao mesmo tempo, termina com a seguinte hipótese: «no desenvolvimento das forças produtivas, graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, *reside a certeza da vitória do socialismo moderno*» (itálicos no original) ⁽³²⁾. Pela minha parte, partilho da visão antropológica, que é a essência do socialismo: as pessoas fazem o melhor de que são capazes nas circunstâncias que são as suas, sendo necessário desenvolver as capacidades de forma igualitária e humanizar as circunstâncias. No entanto, tenho mais dificuldade em acompanhar a confiança nas possibilidades abertas ao socialismo moderno pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Passível de múltiplas declinações institucionais, a generalização democrática daquela visão antropológica pressupõe, no mínimo, o controlo soberano dos elementos centrais de uma economia, incluindo da moeda, relação decisiva para que uma economia monetária de produção seja capaz de garantir pleno emprego. Sendo necessária, a propriedade pública dos setores estratégicos não basta. É preciso estimular o controlo, por parte dos trabalhadores, das empresas, bem como manter alguns mecanismos de mercado, criando incentivos e assinalando preferências, sem que tal signifique desigualdades ou compulsões. A socialização dos bens e serviços indispensáveis, bem como o pleno emprego, num quadro de gestão da procura que não dispensaria nem o controlo de capitais, nem uma negociação coletiva nacional da política de rendimentos compatível com o equilíbrio externo, garantiriam uma real liberdade para todos e a confiança para prosseguir a experimentação social. Quer isto dizer que prefiro enfatizar a dimensão politicamente contingente e institucional da luta pela democratização da economia, através do Estado nacional e da recuperação do seu poder, colocado ao serviço dos interesses da maioria. Se isto pressupõe necessariamente economias menos globalizadas a golpes de vontade política em última instância normativa, é então preciso insistir nos fins suportados por boas razões, ou seja, garantir a realização da promessa revolucionária para lá do capitalismo: liberdade, igualdade e fraternidade. Mas, lá está, estes são tópicos em que A. A. nos pode vir a dar mais pistas para reflexões. Sempre sem máscaras. ◀

(31) António AVELÃS NUNES, *O Estado capitalista...*, cit., p. 772.

(32) *Idem*, p. 800.